



Governo do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Educação  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
PROCESSO Nº E-03/100.126/2008  
INTERESSADO: COLÉGIO PINHEIRO GUIMARÃES

**PARECER CEE Nº 003 / 2009**

Credencia, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o **Colégio Pinheiro Guimarães**, localizado na Rua Silveira Martins, nºs 151 e 153 – Catete, Rio de Janeiro (sede) e pólos nas suas filiais localizadas na Rua Hilário de Gouvea – nº 43 – Copacabana; na Rua Almirante Cochrane -nº 196 – Tijuca e na Avenida Ministro Ivan Lins – nº 340 – Barra da Tijuca, todas localizadas no Município do Rio de Janeiro, mantido pelo Curso Pinheiro Guimarães Ltda., para atuar com a modalidade de Educação a Distância e autoriza o funcionamento dos Cursos de Ensino Fundamental – 2º segmento (sexto ao nono ano) e Ensino Médio, para Educação de Jovens e Adultos também pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com as normas previstas nas Deliberações CEE/RJ nºs 285/2003 e 297/06, a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial, e dá outras providências.

**HISTÓRICO**

Armando Santos Pinheiro Guimarães, na qualidade de mantenedor do Curso Pinheiro Guimarães Ltda., inscrito no CNPJ sob o nº 33.686.049/0005-22, situado na Rua Silveira Martins, nº 151 e 153 Catete – Rio de Janeiro (sede) e pólos nas suas filiais localizadas na Rua Hilário de Gouvea – nº 43 – Copacabana; na Rua Almirante Cochrane -nº 196 – Tijuca e na Avenida Ministro Ivan Lins – nº 340 – Barra da Tijuca, todas localizadas no Município do Rio de Janeiro, solicitou a este Conselho, na forma das Deliberações CEE nºs 285/2003 e 297/2006, credenciamento de sua instituição para atuar com a modalidade de Educação a Distância e autorização para a oferta dos Cursos de Ensino Fundamental 2º segmento (sexto ao nono ano) Adultos (EJA), na sede e nos pólos situados em suas filiais.

Em sua solicitação a instituição informa que o currículo dos cursos de Educação a Distância no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, compreenderá a Base Nacional Comum sendo distribuídos e desenvolvidos por módulos, considerados como um instrumento instrucional e se destinam a assegurar ao aluno um processo lógico e sistemático de aprendizagem, com o conteúdo programático distribuído de modo gradativo e seqüencial, contendo, de acordo com os objetivos definidos, não só a parte teórica mas também os exercícios de reflexão e fixação, a fim de possibilitar ao aluno o estudo autônomo.

Informa, ainda, que a organização de cada módulo deverá expressar o relacionamento, a ordenação e a seqüência dos conteúdos programáticos de cada componente curricular e que a duração de cada módulo dependerá de esforço próprio, do interesse e do ritmo de aprendizagem do aluno, respeitando o tempo mínimo previsto pela legislação em vigor, que determina 24 (vinte quatro) meses para a conclusão do Ensino Fundamental e 18 (dezoito) meses para a conclusão do Ensino Médio.

O número de módulos, por componentes curriculares no Ensino Fundamental será de 04 (quatro), com carga horária total de 1.320 (mil trezentas e vinte) horas e no Ensino Médio será de 03 (três), com carga horária total de 1.360 (mil trezentas e sessenta) horas, conforme as matrizes curriculares apresentadas.

Processo nº: E-03/100.126/2006

**Consideração Preliminar.**

O pleito será apreciado à luz das normas que se aplicam ao credenciamento de instituições e avaliação dos planos de curso de Educação a Distância como determinam as Deliberações CEE nºs. 297/06 e 285/2003, que tratam da Educação de Jovens e Adultos e as Diretrizes Curriculares Nacionais

para este segmento.

A temporalidade dos cursos oferecidos está em conformidade com o que determina o artigo 1º e § 1º do artigo 2º da Deliberação CEE nº 285/03, apresentando 20% (vinte por cento) da carga horária dos cursos na forma presencial, em atendimento ao que determina a Deliberação CEE nº 297/06.

#### **Justificativa.**

O Colégio Pinheiro Guimarães tem como objetivo oferecer Educação Básica, Ensino Fundamental e Médio (EJA/EAD), com base nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana gerando oportunidades e inclusão no mercado de trabalho e, por conseguinte, a recuperação da auto-estima dos jovens e adultos que, por diversos motivos, não concluíram seus estudos em idade própria.

Para atender às questões fundamentais da Educação de jovens e Adultos, trabalhadores em sua grande maioria, o Colégio Pinheiro Guimarães elaborou uma estrutura curricular fundamentada sobre três concepções básicas: oportunidade e inclusão, tecnologia para educação e compromisso com a qualidade do ensino.

O ensino a ser ministrado pelo Colégio Pinheiro Guimarães observa os ideais e fins da educação previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e suas regulamentações e, de forma articulada, procura oferecer uma educação visando à formação do aluno de modo a desenvolver os seus valores e as competências necessárias à integração de seu projeto de vida, à preparação e orientação básica para sua integração ao mundo do trabalho, com competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo, ao desenvolvimento de competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos e à constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações autônomas e solidárias em relação a conhecimentos e valores indispensáveis à vida do cidadão.

#### **Credenciamento**

Quanto ao pedido de Credenciamento, o processo vem instruído nos termos da legislação pertinente para a modalidade requerida, com atendimento aos itens previstos no artigo 7º da Deliberação CEE/RJ nº 297/06, como segue:

- requerimento ao Senhor Presidente do Conselho Estadual de Educação com justificativa para o pleito;
- alvará com denominação e informações comprovadas sobre a localização da sede;
- ato Constitutivo da Entidade Mantenedora, onde está explícito seu vínculo educacional e o objetivo social específico de manter cursos e programas de Educação a Distância, devidamente registrado e autenticado;
- qualificação de todos os dirigentes que subscrevam o ato constitutivo da entidade mantenedora e as respectivas titulações acadêmicas comprovadas e dos comprovantes de residência, cédula de identidade e CIC emitido pelo Ministério da Fazenda;
- cartão de Inscrição da entidade no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídicas – CNPJ, registrado no órgão próprio, consoante com a identificação da localização de sua sede;
- contrato de locação não residencial do imóvel nominado no correspondente CNPJ, com término em 03 de janeiro de 2015, registrado no órgão próprio, devidamente autenticado;
- declaração comprovando a capacidade patrimonial dos dirigentes da mantenedora;
- declaração atestando a idoneidade financeira da entidade e de seus sócios, firmada por estabelecimento bancário HSBC, em operação no Estado do Rio de Janeiro;
- certidão negativa dos dirigentes, emitida pelo competente distribuidor a cartório de protesto de títulos da Comarca onde a residem;

Processo nº: E-03/100.126/2006

- certidões negativas da entidade emitidas pelos competentes distribuidores e cartórios de protesto de títulos da Comarca onde a instituição está sediada;
- instalações físicas, biblioteca com acervo atualizado de livros, equipamentos de informática, linhas de acesso à rede internacional de informações, material didático;
- informações sobre a avaliação dos estudantes;
- cópia do Regimento Escolar devidamente registrado em Cartório, com especificação para EAD;
- comprovante de registro do site e e-mail;
- relação do Corpo Técnico-Administrativo do curso, com habilitação comprovada;

- cópia da Proposta Pedagógica da Instituição e descrição do seu modelo de gestão administrativo-pedagógico, organogramas funcional e descrição das funções e atribuições pedagógicas e administrativas.
- **Autorização.**
- quanto ao pedido de Autorização de Curso, na modalidade de Educação a Distância, o processo vem instruído nos termos da legislação pertinente, com atendimento aos itens previstos no artigo 18 da Deliberação CEE/RJ nº 297/06, como segue:
- identificação;
- atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, estabelecidas pelo Ministério da Educação;
- cópia da Proposta Pedagógica incluindo dados sobre os cursos pretendidos contendo: justificativa, objetivos, estrutura curricular, ementário de cada um dos componentes curriculares, material didático e meios instrucionais a serem utilizados e número de vagas oferecidas;
- projeto educacional contendo estrutura didático-pedagógica e descrição das instalações físicas para atendimento aos alunos;
- requisitos de Ingresso;
- caracterização da Clientela;
- sistema operacional (metodologia, formas de estudos e acompanhamento e sistema de tutoria);
- critérios de avaliação das atividades presenciais obrigatórias, da aprendizagem aplicada aos alunos do curso;
- sistema de avaliação formas de aproveitamento de conhecimentos, competências e experiências anteriores;
- critérios de certificação;
- programa de interação e motivação entre alunos;
- matrizes curriculares acompanhadas do planejamento temporal;
- organização curricular (matrizes curriculares acompanhadas das competências auferidas para a terminalidade);
- descrição clara da política de suporte aos profissionais que irão atuar no atendimento aos alunos;
- justificativa dos planos de intervenção educacional que insiram no processo educativo, conceitos de cidadania, voluntarismo e solidariedade;
- programa de interação entre os alunos sejam eles residentes ou não residentes no município onde se localiza a instituição;
- relação de docentes envolvidos nos cursos, acompanhada das respectivas titulações acadêmicas;
- modelos de certificados constantes dos alunos atendem à legislação específica.

Processo nº: E-03/100.126/2008

Em atendimento à Indicação CEE nº 02, de 12/06/2007, a instituição apresentou relação composta por 04 (quatro) profissionais graduados e especialista para que se forme a Comissão que deverá visitar, "in loco", as instalações físicas da instituição em tela, elaborando laudo consubstanciado, para posterior pronunciamento do relator.

A Comissão de Verificação, designada pela Portaria CEE nº 952/2008, de 21 de maio de 2008, publicada no D.O. de 30 de maio de 2008, formada por especialistas, compareceu ao Colégio Pinheiro, Rua Guimarães, Silveira Martins – 151 e 153 – Catete, Município do Rio de Janeiro, para verificar, "in loco", as condições de funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio na metodologia de Educação a Distância.

Em relatório datado de 03 de julho de 2008, fls. 220 a 227, a Comissão de Verificação que compareceu à instituição, após a análise realizada, emitir parecer sobre as condições de funcionamento do curso apresentado, sendo favorável à concessão da autorização de funcionamento do Curso de Educação de Jovens e Adultos, metodologia a distância para o Ensino Fundamental (sexto ao nono ano) e Ensino Médio.

**VOTO DO RELATOR**

No que tange às normas emanadas por este Colegiado para credenciamento de instituições e autorização de cursos, com a metodologia de Educação a Distância, para a oferta de Educação de Jovens e Adultos, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, estas foram atendidas pela instituição em sua solicitação.

Tendo em vista a análise de toda a documentação apresentada, o plano de curso e o relatório favorável ao credenciamento, pelo prazo de 05 (cinco) anos, do Colégio Pinheiro Guimarães, localizado na Rua Silveira Martins, nº s 151 e 153 – Catete, Rio de Janeiro (sede) e pólos nas suas filiais localizadas na Rua Hilário de Gouvea – nº 43 – Copacabana; na Rua Almirante Cochrane -nº 196 – Tijuca e na Avenida Ministro Ivan Lins – nº 340 – Barra da Tijuca, todas localizadas no Município do Rio de Janeiro, mantido pelo Curso Pinheiro Guimarães Ltda., para atuar com a modalidade de Educação a Distância e autorização de funcionamento dos Cursos de Ensino Fundamental – 2º segmento (sexto ao nono ano e Ensino Médio, para Educação de Jovens e Adultos, também pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com as normas previstas nas Deliberações CEE/RJ nºs 285/2003 e 297/2006, a partir da data de publicação deste ato no Diário Oficial.

Determino que o órgão competente deste Colegiado, após a publicação deste Parecer no Diário Oficial, faça, de imediato, a inserção, no site deste Conselho, do nome da Instituição de Ensino credenciada para funcionar com Educação a Distância e dos cursos autorizados.

### **CONCLUSÃO DA COMISSÃO**

A Comissão Especial de Educação a Distância acompanha o voto do Relator.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2009.

**Arlindenor Pedro de Souza** - Presidente e Relator

**José Carlos Mendes Martins**

**José Carlos da Silva Portugal**

**Marcelo Gomes da Rosa**

**Nival Nunes de Almeida** “*ad hoc*”

**José Luiz Rangel Sampaio Fernandes** “*ad hoc*”

**Paulo Alcântara Gomes**

**Lourenço César Carline**

### **CONCLUSÃO DO PLENÁRIO**

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade.

SALAS DAS SESSÕES, no Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 2009.

**Arlindenor Pedro de Souza**  
Vice-Presidente